

Comitê Temático Direito Digital e Proteção de Dados

COORDENAÇÃO

Alexandre Atheniense

*Alexandre Atheniense Sociedade Individual de
Advocacia*

Juliana Abrusio

Machado, Meyer, Sedacz E Opice - Advogados

Bruna Borghi Tomé

TozziniFreire Advogados

1. Introdução

O Comitê foi criado em 2016, e nesses últimos anos realizou uma série de reuniões com especialistas nas mais diversas divisões do Direito Digital, tanto no Hotel Renaissance, como em escritórios em que trabalham seus membros.

As reuniões contaram com profundos debates que além de informação sobre as atualidades, fomentaram a inovação de métodos nas sociedades de advogados em relação a assuntos relacionados à tecnologia

Com a sanção da LGPD e do evidente crescente uso de tecnologia no universo jurídico, as reuniões contaram com pautas que destacaram os desafios a enfrentados pela advocacia, também na área de proteção de dados e privacidade. Nesse sentido, o Comitê lançou um Guia de Adequação à LGPD para as Sociedades de Advocacia, visando a auxiliar os escritórios associados a cumprir os controles exigidos pela nova regulação. Sobre o tema, o Comitê participou de nota de esclarecimento acerca da aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados nas sociedades de advogados, a qual foi noticiada pelo Migalhas, bem como gerou entrevista ao Conjur sobre o assunto.

Durante 2022, o Comitê promoveu 06 (seis) encontros regulares, abordando diversos temas relevantes ao momento, conforme detalhado abaixo, contando com ilustres palestrantes/autoridades pertinentes ao respectivo tema. Os encontros proporcionaram ricas trocas de experiências, discussões construtivas e intensas reflexões entre os diversos participantes, cuja média por reunião girou em torno de 70, superando 100 participantes em algumas ocasiões. Ao

final do ano, em novembro, o Comitê participou do Congresso Nacional das Sociedades de Advogados, tendo os três coordenadores palestrado no painel sobre o tema “O escritório do futuro – Tecnologia, Competitividade e Produtividade”.

2. Atividades Realizadas

2.1 [Reunião] Tendências regulatórias da ANPD para 2022. Quais sociedades podem ser consideradas agentes de pequeno porte de tratamento de dados pessoais?

Palestrante: Fabricio da Mota Alves, membro da ANPD.

A primeira reunião de 2022 foi pautada na atividade regulatória da ANPD, cujo convidado palestrante foi Fabricio da Mota Alves, membro da ANPD. Ele dissertou sobre a Resolução nº 02/22 da ANPD, que regula a aplicação da LGPD para agentes de tratamento de pequeno porte. Foram abordadas as dificuldades das atividades regulatórias na ANPD em intersecção com as sociedades de advogados, haja vista que não há uma cadeira destinada à classe no Conselho.

Além disso, pontuou-se sobre o ano de eleições e a dúvida no plano de atuação da ANPD no âmbito eleitoral, destacando-se a necessidade de harmonia com o Tribunal Superior Eleitoral, o que foi sacramentado posteriormente em material conjunto publicado (https://www.gov.br/anpd/pt-br/documentos-e-publicacoes/guia_lgpd_final.pdf). O palestrante atendeu dúvidas do Coordenador Alexandre Atheniense e alguns ouvintes, debatendo sobre os critérios ainda nebulosos para que os advogados se beneficiem da Resolução nº 02/22 da ANPD e, ainda, sobre problemas na organização estrutural da ANPD.

2.2 [Reunião] Consultoria às Startups pelas Sociedades de Advogados

No dia 19 de abril de 2022, o Comitê promoveu uma reunião para debater sobre as formas de prestação de consultoria às Startups, expondo quais são as práticas possíveis e atualmente existentes nessa área, além de trazer para a discussão demais desafios e características

inerentes, inclusive mencionando modelos/programas práticos da experiência da advocacia.

O debate foi protagonizado por advogados especialistas no assunto Bruno Balduccini, Sócio de Pinheiro Neto Advogados, João Busin, Sócio de TozziniFreire Advogados, Marina Procknor, Sócia de Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados e Sergio Bronstein, Sócio-fundador de Bronstein, Zilberberg, Chueiri & Potenza Advogados.

2.3 [Reunião] Marco Legal de Cripto

No dia 18 de maio de 2022, o Comitê abordou o tema objeto do recente PL 4401/2021, que versa sobre a prestação de serviços de ativos virtuais. Os convidados foram autoridades e especialistas no assunto - Marcelo de Castro Cunha Filho (Doutor em Direito pela USP e MIT em Criptomoedas; Diogo Macedo de Novaes (Assessor Legislativo do Senador Flávio Arns e ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo no Senado Federal; e Renato Silveira (Vice- Diretor da Faculdade de Direito da USP, presidente do Instituto dos Advogados de São Paulo).

Muito se debateu sobre os pontos positivos e eventuais lacunas deixadas pelo PL supracitado, especialmente a importância da regulação de ativos virtuais no Brasil, fazendo alusão ao panorama internacional sobre a matéria.

2.4 [Reunião] Advogado do futuro: desafios jurídicos do Metaverso

No dia 21 de junho de 2022, o Comitê se reuniu para discutir o tema “Advogado do futuro: desafios jurídicos do Metaverso”, em que foram debatidos os aspectos legais de uma das tecnologias mais populares da atualidade. Os convidados do debate são especialistas em Direito e Tecnologia: Bruna Borghi Tomé (Sócia em Tech Litigation de TozziniFreire Advogados), Victor Cabral Fonseca (Advogado Sênior e Head de ThinkFuture, programa de inovação de TozziniFreire), Bruno Feigelson (Sócio em Lima e Feigelson Advogados e Legal Venture Builder) e Luiza Leite (Sócia no BGL Advogados).

No encontro, foram abordadas as diferentes perspectivas sobre o Metaverso e tecnologias a ele relacionadas, especificamente: impactos jurídicos legais; Metaverso de Direito do Consumidor; NFTs; e tributação de tecnologias descentralizadas.

2.5 [Reunião] Corregulação e adoção de Regras de Boas Práticas de Proteção de Dados nas Sociedades de Advogados

No dia 09 de agosto de 2022, o Comitê se reuniu para discutir o tema “Corregulação e adoção de Regras de Boas Práticas de Proteção de Dados nas Sociedades de Advogados”, em que foram debatidos os desafios das sociedades de advogados na adequação à LGPD, sobretudo a possibilidade de autorregulação, prevista pelo artigo 50 da LGPD. Houve 85 inscritos.

Os convidados foram Estela Aranha (Advogada, Presidente da Comissão Especial de Proteção de Dados do Conselho Federal da OAB, Membro da Comissão de Juristas nomeada pelo Senado Federal para elaboração de anteprojeto substitutivo de marco regulatório de Inteligência Artificial) e Flávio Unes (Assessor Parlamentar do Senado Federal. Ex-Presidente da Comissão Especial de Proteção de Dados da OAB-Federal. Foi Assessor Especial da Presidência do STF, Assessor de Ministro do STJ e Assessor de Ministro do TSE).

2.6 [Reunião] LGPD: dosimetria das sanções

No dia 04 de outubro de 2022, o Comitê se reuniu para discutir o tema “LGPD: dosimetria das sanções”, em que foi debatido o recente Regulamento de dosimetria e aplicação de sanções administrativas da LGPD, expedido pela ANPD. Os presentes teceram sugestões e levantaram críticas sobre algumas disposições do Regulamento aberto ao debate público, enriquecendo as discussões sobre o recente tema ainda a ser definido pela ANPD.

Os expositores convidados foram: Miriam Wimmer (Doutora em Políticas de Comunicação e Cultura pela Faculdade de Comunicação da UnB, Mestre em Direito Público e graduada em Direito pela UERJ. Certificada como especialista em proteção de dados pessoais (Europa) pela International Association of Privacy Professionals); Felipe Palhares (mestre em Direito pela New York University e sócio da área de Proteção de Dados e Cybersecurity do BMA Advogados); e Irene Patrícia Nohara (Livre-Docente e Doutora em Direito do Estado pela USP. Professora-Pesquisadora do Mestrado e Doutorado da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Advogada Parecerista e Árbitra).

2.7 Congresso Nacional das Sociedades de Advogados

No dia 04 de outubro de 2022, o Comitê se reuniu para discutir o tema “LGPD: dosimetria das sanções”, em que foi debatido o recente Regulamento de dosimetria e aplicação de sanções administrativas da LGPD, expedido pela ANPD. Os presentes teceram sugestões e levantaram críticas sobre algumas disposições do Regulamento aberto ao debate público, enriquecendo as discussões sobre o recente tema ainda a ser definido pela ANPD.

Os expositores convidados foram: Miriam Wimmer (Doutora em Políticas de Comunicação e Cultura pela Faculdade de Comunicação da UnB, Mestre em Direito Público e graduada em Direito pela UERJ. Certificada como especialista em proteção de dados pessoais (Europa) pela International Association of Privacy Professionals); Felipe Palhares (mestre em Direito pela New York University e sócio da área de Proteção de Dados e Cybersecurity do BMA Advogados); e Irene Patrícia Nohara (Livre-Docente e Doutora em Direito do Estado pela USP. Professora-Pesquisadora do Mestrado e Doutorado da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Advogada Parecerista e Árbitra).

